

FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S.A.

CNPJ nº 10.793.428/0001-92

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da administração: Aos Acionistas. Submetemos à aprovação das VSAs, o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apuradas com base na regulamentação vigente. **A Seguradora:** A Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. iniciou suas operações em março de 2010, após autorização da SUSEP, para operar com seguros de danos e de pessoas em todo o território nacional. Nossa operação local conta com uma equipe experiente e especializada e abrange as principais linhas de negócios (Property & Casualty, Financial Lines, Cargo, Agribusiness e Digital & Consumer), provendo soluções diferenciadas e inovadoras na transferência de risco. **Resultado e patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2025, a Seguradora apresentou lucro líquido de R\$ 71.0 milhões (R\$ 42,0 milhões em 2024) com R\$ 1.626,2 milhões de prêmios emitidos (R\$ 1.652,5 milhões em 2024). O total das provisões técnicas atingiu o montante de

R\$ 3.810,8 milhões (R\$ 3.336,3 milhões em 2024). O patrimônio líquido da Seguradora totalizou R\$ 641,2 milhões (R\$ 1.031,7 milhões em 2024) e o total de ativos da Seguradora em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 5.688,1 milhões (R\$ 5.464,1 milhões em 2024). **Aplicações financeiras:** Em 31 de dezembro de 2025, a Seguradora possui R\$ 1.419,3 milhões (R\$ 1.615,5 milhões em 2024). O resultado financeiro totalizou R\$ 118,6 milhões no exercício de 2025 (R\$ 15,4 milhões em 2024). **Ambiental, Social e Governança Corporativa (ASG):** Adotamos diretrizes Ambientais, Sociais e Governança Corporativa (ASG) integradas à gestão de riscos, aos processos decisórios e à condução das atividades da Seguradora. A agenda ASG compreende o modelo de governança e é acompanhada por instâncias formais de monitoramento e reporte. Em observância ao princípio da transparência, disponibilizamos em nosso site institucional informações relativas às políticas, práticas e indicadores associados à ASG, incluindo o

Relatório de Sustentabilidade, o Relatório de Transparência Salarial e demais documentos de governança. As informações podem ser consultadas em <https://www.fairfax.com.br/transparency>. Nossa estrutura de governança é orientada por normas internas e por requisitos de conformidade regulatória, com definição clara de responsabilidades, instâncias de supervisão e mecanismos de controle, incluindo diretrizes relacionadas à ética, integridade e promoção da diversidade e da equidade. Em 31 de dezembro de 2025, a Seguradora conta com 362 colaboradores (339 em 31 de dezembro de 2024), sendo 182 (50,3%) mulheres e 180 (49,7%) homens, em 2024 a participação das mulheres era de 50,1%. Do total de colaboradores, 15 ocupam a posição de Diretores Executivos e Diretores, dos quais 5 (33,3%) são mulheres (26,7% em 2024), 77 na posição de Superintendentes, Gerentes e Coordenadores, sendo 27 (35,1%) mulheres (35,5% em 2024) e 270 como demais posições, dos quais 150 (55,6%) são mulheres

(55,0% em 2024). Maiores informações podem ser consultadas em: <https://www.fairfax.com.br/transparency>. Seguradora mantém o compromisso com a equidade salarial entre homens e mulheres, adotando práticas de remuneração baseadas em critérios objetivos de responsabilidade, desempenho e senioridade, assegurando tratamento isonômico e alinhado às melhores práticas de governança corporativa. **Agradecimentos:** Agradecemos aos nossos corretores, que mantêm operações com a Fairfax, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos, aos segurados, às autoridades da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, aos parceiros resseguradores, auditores, prestadores de serviços, e principalmente aos nossos colaboradores pela sua dedicação.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2026
A Diretora

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	
Circulante		5.042.810	4.772.707	
Disponível	5	10.482	5.979	
Caixa e equivalentes de caixa		10.482	5.979	
Aplicações	6	1.419.285	1.615.536	
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.049.430	1.003.304	
Prêmios a receber	7	792.186	725.856	
Operações com seguradoras	8a	14.929	26.557	
Operações com resseguradoras	9a	242.315	250.891	
Outros créditos operacionais		3.181	886	
Ativos de resseguro - provisões técnicas	20a	2.211.239	1.824.961	
Títulos e créditos a receber		166.591	154.853	
Títulos e créditos a receber		-	8.409	
Créditos tributários e previdenciários	27	166.570	146.105	
Outros créditos		21	339	
Despesas antecipadas		1.069	663	
Custos de aquisição diferidos		19.181.533	166.525	
Seguros		181.533	166.525	
Não circulante		645.283	691.374	
Realizável a longo prazo		558.473	598.569	
Créditos das operações com seguros e resseguros		204.756	236.308	
Prêmios a receber	7	97.872	129.657	
Operações com resseguradoras	9a	106.884	106.651	
Ativos de resseguro - provisões técnicas	20a	196.513	197.998	
Títulos e créditos a receber		35.200	36.728	
Créditos a receber	28d	10.405	11.940	
Créditos tributários e previdenciários	27	24.795	24.888	
Outros valores e bens		10a	7.784	5.575
Custos de aquisição diferidos		19.114.220	122.560	
Seguros		114.220	122.560	
Investimentos		11	24.362	47.213
Participações societárias		24.362	47.213	
Imobilizado		12	6.517	6.537
Bens móveis		5.883	5.098	
Outras imobilizações		634	1.439	
Intangível		13	55.931	39.055
Outros intangíveis		55.931	39.055	
Total do ativo		5.688.093	5.464.081	

Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024	
Circulante		4.435.156	3.834.435	
Contas a pagar		87.451	76.615	
Obrigações a pagar	14	22.779	26.839	
Impostos e encargos sociais a recolher	15	37.843	37.322	
Encargos trabalhistas		7.673	7.398	
Impostos e contribuições	16	19.156	4.799	
Débitos das operações com seguros e resseguros		1.039.857	856.449	
Prêmios a restituir		-	2.658	
Operações com seguradoras	8b	41.565	38.985	
Operações com resseguradoras	9b	876.971	686.088	
Corretores de seguros e resseguros	17	121.321	128.718	
Depósitos de terceiros		18	45.265	66.126
Provisões técnicas - seguros	20a	3.262.583	2.835.245	
Dados em aberto por resultado		3.216.089	2.776.075	
Pessoas		47.504	59.170	
Não circulante		611.783	597.910	
Débitos das operações com seguros e resseguros		55.712	91.153	
Operações com seguradoras	8b	3.388	1.615	
Operações com resseguradoras	9b	33.819	68.495	
Corretores de seguros e resseguros	17	18.505	21.043	
Provisões técnicas - seguros	20a	548.262	501.017	
Danos		548.262	501.017	
Outros débitos		7.809	5.740	
Provisões judiciais	3m	15	62	
Débitos diversos	10b	7.794	5.678	
Patrimônio líquido	20a	641.154	1.031.736	
Capital social	14a	551.586	973.182	
Ajuste de avaliação patrimonial	11	11.468	11.468	
Reservas de lucros		78.100	47.086	
Total do passivo e patrimônio líquido		5.688.093	5.464.081	

Capital social (Estrangeiro)	Redução de capital social (Em aprovação)	Reservas de lucros (Reserva legal estatutária)	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro 2024	973.182	5.091	96.722	-	1.074.995
Contribuição à controladora (nota 28d)	-	-	-	7.704	7.704
Transferência ao ativo	-	-	(5.537)	-	(5.537)
Gainho de capital em investida indireta (nota 11)	-	-	-	11.468	11.468
Distribuição de dividendos - AGE de 25/11/2024 (nota 24b)	-	-	(96.722)	-	(96.722)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	41.995	41.995
Proposta para destinação do resultado	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	2.100	39.895	-	(41.995)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	973.182	7.191	39.895	11.468	1.031.736
Contribuição à controladora (nota 28d)	-	-	3.515	-	3.515
Transferência ao ativo	-	-	(3.515)	-	(3.515)
Redução de Capital (nota 24a)	-	(421.596)	-	-	(421.596)
AGE de 04/07/2025	-	421.596	-	-	421.596
Portaria SUSEP nº 2.841 de 17/11/2025	(421.596)	-	-	-	-
Distribuição de dividendos - AGE de 18/03/2025 (nota 24b)	-	-	(39.895)	-	(39.895)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	70.909	70.909
Proposta para destinação do resultado	-	-	-	-	-
Reservas de lucros	-	3.545	67.364	-	(70.909)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	551.586	10.736	67.364	11.468	641.154

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

1. Contexto operacional

A Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. ("Seguradora") recebeu autorização pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para operar em todo território nacional em 09 de março de 2010 com seguros de danos e de pessoas. O controle acionário da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. é exercido pela Fairfax Financial Holdings Limited, sociedade existente e organizada no Canadá. A Seguradora oferece uma ampla linha de produtos voltados para atender as necessidades específicas de seus clientes. A sede está localizada na Alameda Santos, 1940 - 4º andar, em São Paulo, no Estado de São Paulo.

reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentado dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **iii. Valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificadas nesta categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **iv. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos pelo custo histórico, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, deduzidos o valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o comprovem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **v. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber".

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Seguradora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estas práticas incluem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela SUSEP através da Circular nº 648/2021 e alterações posteriores. As Demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de cotação estabelecidos pela Circular nº 648/2021 e alterações posteriores, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações financeiras. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 25 de fevereiro de 2025, a Base de preparação e moeda funcional. As Demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros mensurados pelo valor justo. A moeda funcional da Seguradora é o Real. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data de transação. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado do período. **B. Continuidade:** A administração considera que a Seguradora possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as Demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. **C. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das Demonstrações financeiras de acordo com as orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela SUSEP através da Circular nº 648/2021 e alterações posteriores, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As notas explicativas listadas abaixo incluem o uso de estimativas e premissas em áreas chave: **Nota 3b - Ativos financeiros:** A administração utiliza métodos de avaliação para determinar o valor justo de ativos financeiros. **Nota 3c - Redução ao valor recuperável (ativos financeiros e ativos não financeiros):** **Nota 3i - Classificação e mensuração dos contratos de seguro;** **Nota 3k - Passivos de contratos de seguro;** **Nota 3l - Teste de adequação dos passivos (TAP);** e **Nota 3m - Provisões e passivos contingentes.** **D. Segregação entre circulante e não circulante:** A Seguradora efetuou a segregação de itens passivos e ativos circulantes como circulante com base na expectativa de realização de até doze meses e posterior a doze meses, respectivamente. **E. Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** CPC 50 (IFRS 17) - Contratos de seguros: Estabelece princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros em emissores. Também estabelece os princípios para aplicação de contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discriminatória emissores. A norma ainda não foi aprovada pela SUSEP. CPC 51 (IFRS 18) - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis: Introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da Demonstração de resultados. Também introduz novas explicações e explicações adicionais sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027. A norma ainda não foi aprovada pela SUSEP. Lei Complementar nº 214/2025: Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (BS) e o Imposto Seletivo (IS) e altera o inciso III do artigo 155 da Constituição Federal, no que diz respeito ao consumo. A Administração está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional. **f. Adoção inicial do CPC 48 e alterações introduzidas pela Circular SUSEP nº 678/2022:** A Circular SUSEP nº 678/2022 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2024, e trouxe mudanças na mensuração do teste de adequação de passivos (TAP), na redução ao valor recuperável (RVR), bem como recepcionou o CPC 48 - Instrumentos financeiros. O detalhamento dos impactos encontra-se demonstrado abaixo: **CPC 48 - Instrumentos financeiros:** Devido aos ativos financeiros, constantes na carteira na data de implementação, que foram avaliados de acordo com os modelos de negócio e quanto às características de pagamento de principal e juros (teste SPPI), e a gestão do portfólio de investimentos estar alinhada com o modelo de negócio, a Seguradora não apurou impactos em seu balanço em relação à reclassificação dos instrumentos financeiros. No que se refere a perda esperada dos ativos financeiros, a adoção do CPC 48 não trouxe impactos em função da classificação dos ativos financeiros de curto prazo da Seguradora como VJR. **Teste de adequação de passivos (TAP):** Após a revisão e aplicação da Circular SUSEP nº 678/2022, a Seguradora avaliou que a adoção da norma não resultou em impactos no cálculo do TAP. As provisões técnicas, assim como a solvência e liquidez da Seguradora, permaneceram adequadas e em conformidade com os novos requisitos regulatórios. **Redução ao valor recuperável - Prêmios a receber:** A Seguradora reconhece uma redução ao valor recuperável (RVR) de prêmios a receber, baseada em estudo técnico e realizou a atualização em seu estudo técnico conforme determina a Circular SUSEP nº 678/2022, artigo 137, que considera preferencialmente, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos de prêmios a receber, excetuando para riscos decorridos. Essa atualização resultou em impacto de reversão sobre a provisão de redução ao valor recuperável, no exercício de 2024, de prêmios a receber no valor de R\$ 7.774 no grupo "Outros Despesas Operacionais". **Redução ao valor recuperável - Ativos de resseguro:** A Circular SUSEP nº 678/2022 passa a requerer que na mensuração da estimativa de redução ao valor recuperável a Seguradora considere a possibilidade de que a totalidade ou parte dos recuperáveis possam não ser recebidos devido a eventos de inadimplência da contraparte envolvida, no caso, o ressegurador. Tal mudança na apuração da estimativa de valor recuperável provocou um impacto negativo no resultado, no exercício de 2024, de R\$ (3.250).

3. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir: **a. Caixa e equivalente de caixa:** Incluem o caixa, contas correntes e outros instrumentos financeiros de curto prazo com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor de mercado e utilizados pela Seguradora para gerenciamento dos seus compromissos de curto prazo. **b. Ativos financeiros:** Os instrumentos financeiros são classificados em função do modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa dos instrumentos. Além disso, diante a avaliação de suas características de pagamento (teste SPPI - Solely Payment of Principal and Interest). Os principais ativos financeiros da Seguradora são títulos públicos e fundos de investimentos. **c. Custo amortizado:** São classificadas nesta categoria os ativos financeiros mantidos (a) com o objetivo de recebimento seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucro ou prejuízo; e (b) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **ii. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** Compreende os ativos financeiros não classificados em nenhuma categoria antes. Após o

reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentado dentro do patrimônio líquido (líquido dos efeitos tributários). Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado. **iii. Valor justo por meio do resultado (VJR):** São classificadas nesta categoria os ativos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **iv. Empréstimos e recebíveis:** São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que são cotados em mercados ativos. Estes ativos são reconhecidos pelo custo histórico, somados os custos de transação diretamente atribuíveis, deduzidos o valor justo por meio de outros resultados abrangentes e o comprovem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **v. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **vi. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **vii. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **viii. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **ix. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **x. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xi. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xii. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xiii. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xiv. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xv. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xvi. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xvii. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xviii. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xix. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xx. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xxi. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xxii. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xxiii. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xxiv. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xxv. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xxvi. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xxvii. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xxviii. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xxix. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xxx. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xxxi. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xxxii. Determinação do valor justo:** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas ou métodos alternativos, de modo que o emissor ou devedor entre em valor recuperável e comparem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Outros créditos operacionais" e "títulos e créditos a receber". **xxxiii. Determinação do valor justo:** O valor justo

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 DA FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S.A.

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de gestão de risco financeiro a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. A Seguradora também gerencia parte dos seus ativos livres por meio de gestão própria, com base em diretrizes oriundas de sua matriz e do Comitê de Investimento, com o intuito de proporcionar retorno em longo prazo dos ativos em níveis considerados como satisfatórios. O valor justo de instrumentos negociados em um mercado ativo é calculado com base em preços quotados em mercado na data de balanço. O preço quotado usado para ativos financeiros mantido pela Seguradora é o bid price atual. Estes instrumentos são incluídos em Nível 1. A Seguradora realiza análises de sensibilidade para riscos financeiros sobre todos os seus instrumentos financeiros ativos e passivos. Existem diversas limitações quanto às linearidades ou não linearidades entre as mudanças esperadas destas premissas e os resultados reais futuros (realizados ou não realizados) podem diferir significativamente dos resultados estimados através das análises de sensibilidade apresentadas nestas Demonstrações Financeiras. A tabela apresentada a seguir leva em consideração a melhor estimativa da administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em:

Variável financeira	Variação (%)	Impacto - PL/Resultado	
		31/12/2025	31/12/2024
Taxa de juros	+1	(41.568)	(36.671)
Taxa de juros	-1	41.397	40.699
IBOVESPA	+1	241	756
IBOVESPA	-1	(241)	(756)

Gestão de risco de capital: Os objetivos principais da Seguradora em sua gestão de capital são: manter nível de capital suficiente para atender os requerimentos regulatórios emanados pela SUSEP, proteger a capacidade financeira da Seguradora e otimizar o valor da Seguradora aos acionistas e partes interessadas. A Seguradora monitora o nível de capitalização e aderência ao "capital regulatório", que considera todas as regras vigentes emanadas pelos órgãos reguladores responsáveis. Adicionalmente, as decisões de alocação de recursos são parte integrante do planejamento estratégico da Seguradora. As regras de "capital regulatório" exigem que a Seguradora deve apresentar suficiência de capital em relação aos riscos a que está sujeita mantendo Patrimônio Líquido Ajustado - PLA igual ou superior ao "Capital Mínimo Requerido - CMR" e, a qualquer tempo, suficiência de cobertura de provisões técnicas. Em resumo, o capital regulatório considera os riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado, ativos líquidos e necessidade de cobertura das provisões, conforme descrito a seguir: • Capital-base: é o montante fixo de capital que a seguradora deverá manter, a qualquer tempo, e varia em função da região geográfica de atuação. O capital-base para uma seguradora, enquadrada como S3, operar em todo o País é de R\$ 8,1 milhões. • Capital de Risco - CR: é o montante variável de capital que a Seguradora deverá manter, a qualquer tempo, para a garantia dos riscos inerentes à operação considerando os riscos de subscrição, crédito, operacional e mercado. • Capital Mínimo Requerido - CMR: é o montante de capital que a Seguradora deverá manter a qualquer tempo para garantia de suas operações e é equivalente ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco. • Ativos Líquidos: são os ativos de renda fixa aceitos pelo Conselho Monetário Nacional em até 100% (cem por cento) na cobertura das provisões técnicas. • Necessidade de cobertura de provisões: corresponde ao total de provisões técnicas deduzidas de ativos de resseguro redutores de provisões técnicas, de direitos creditórios e de custo de aquisição diferidos redutores de PPNG. A Seguradora está aderente a todas as regras mencionadas, conforme a Resolução 432/2021 (Capital Mínimo Requerido e Plano de Regularização de Solvência) e alterações posteriores. **Patrimônio líquido ajustado e adequação de solvência:** O Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora, na data-base de 31 de dezembro de 2025, apresenta-se superior ao valor exigido pela regra de capital mínimo requerido (CMR) instituído pela Resolução CNSP 432/2021, e alterações posteriores, de forma que a Seguradora, encontra-se adequada quanto ao capital mínimo requerido (CMR). A Resolução CNSP 432/2021, e alterações posteriores, estabelece os critérios de exigência de capital e plano de recuperação de solvência a serem observados para operação de seguros, o valor de risco de mercado corresponde a 100% do valor calculado para as datas-bases conforme requerido pela resolução. O critério estabelecido define que o Patrimônio Líquido Ajustado-PLA da seguradora deverá ser maior ou igual ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e apresentar a qualquer tempo suficiência de cobertura de provisões técnicas. O CMR é definido pelo maior valor entre o capital-base e o capital de risco e a suficiência em relação as provisões técnicas caracteriza-se quando o montante de ativos líquidos é superior a necessidade de cobertura de provisões técnicas. Em 31 de dezembro de 2025, a Seguradora apresenta PLA superior ao CMR e suficiência de cobertura de provisões técnicas. Desta forma, está em conformidade com a Resolução CNSP 432/2021 e alterações posteriores.

	31/12/2025	31/12/2024
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	542.774	943.986
Patrimônio líquido	641.154	1.031.736
Ajustes contábeis	(176.424)	(157.252)
(-) Participações societárias em sociedades e não financeiras - nacionais ou no exterior	(1.069)	(663)
(-) Despesas antecipadas	(250)	(22.665)
(-) Créditos tributários - prejuízos fiscais IR/bases negativas de contribuição social	(82.493)	(47.656)
(-) Créditos tributários de diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(55.931)	(39.055)
(-) Ativos intangíveis	(12.319)	-
(-) Custos de aquisição diferidos não diretamente relacionados à PPNG	80.660	69.502
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	80.660	69.502
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	80.660	69.502
Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(2.616)	-
PLA nível 2: Soma dos ajustes econômicos	80.660	69.502
PLA nível 3: Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR	59.603	58.940
Capital Mínimo Requerido (CMR)-Maior entre I e II	379.914	412.706
Capital-Base - CB (I)	8.100	8.100
Capital de Risco CR (II)	379.914	412.706
Capital risco de subscrição	141.436	133.490
Capital risco de crédito	109.527	101.421
Capital risco operacional	15.413	13.326
Capital risco de mercado	236.100	289.566
Benefício de diversificação	(122.562)	(125.097)
Suficiência de capital - PLA-CMR	162.860	531.280
Ativos líquidos excedentes à necessidade de cobertura	322.925	586.554
Ativos garantidores das provisões técnicas	1.384.063	1.532.821
(-) Provisões a serem cobertas	1.061.138	946.267

5. Disponibilidades:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa - BRL	791	4.702
Caixa e equivalentes de caixa - USD	9.691	1.277
Total	10.482	5.979

6. Aplicações:

a. Composição por prazo e por nível hierárquico: Apresentamos a seguir a composição dos ativos financeiros por prazo e por título. Os ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado estão apresentados integralmente no ativo circulante.

Hierarquia do valor justo	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste a valor justo	Valor Contábil	Taxa contratada (a.a.)	Até 1 ano ou indeter- minado	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2025	
									%	
Ativos mantidos para negociação mensurados ao valor justo por meio de resultado										
Títulos públicos - Notas do Tesouro										
Nacional (NTN-F)	1	999.505	875.526 (123.979)	875.526	Prefixado	61,7%	-	-	875.526	
Títulos privados - Debêntures	2	304.181	141.752 (162.429)	141.752	CDI	10,0%	-	-	119.475	
Quotas de Fundos de Investimento - Abertos	2	326.038	326.038	-	CDI	23,0%	326.038	-	-	
Quotas de Fundos de Investimento - Cambial	2	3.049	3.049	-	USD	0,2%	3.049	-	-	
Quotas de Fundos de Investimento - ESG	2	19.456	19.456	-	CDI	1,4%	19.456	-	-	
Renda Variável - Ações	1	21.754	21.754	-	Renda Variável	1,5%	21.754	-	-	
Aplicações no exterior - Time Deposit	2	19.265	19.265	-	USD + Juros	1,3%	19.265	-	-	
Aplicações no exterior - Corporate Bonds	2	47.744	12.445 (35.299)	12.445	USD + Juros	0,9%	-	-	12.445	
Total		1.740.992	1.419.285 (321.707)	1.419.285		100,0%	389.562	119.475	910.248	

Hierarquia do valor justo	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste a valor justo	Valor Contábil	Taxa contratada (a.a.)	Até 1 ano ou indeter- minado	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	31/12/2024	
									%	
Ativos mantidos para negociação mensurados ao valor justo por meio de resultado										
Títulos públicos - Notas do Tesouro										
Nacional (NTN-F)	1	991.916	800.936 (190.980)	800.936	Prefixado	49,6%	-	-	800.936	
Títulos privados - Debêntures	2	288.635	267.018 (21.617)	267.018	CDI	16,5%	-	-	212.085	
Quotas de Fundos de Investimento - Abertos	2	410.481	410.481	-	CDI	25,4%	410.481	-	-	
Quotas de Fundos de Investimento - Cambial	2	3.266	3.266	-	USD	0,2%	3.266	-	-	
Quotas de Fundos de Investimento - ESG	2	17.008	17.008	-	CDI	1,0%	17.008	-	-	
Renda Variável - Ações	1	51.120	51.120	-	Renda Variável	3,2%	51.120	-	-	
Renda Variável - Quotas de fundos de investimento imobiliários	2	16.719	16.719	-	Renda Variável	1,0%	16.719	-	-	
Aplicações no exterior - Time Deposit	2	4.057	4.057	-	USD + Juros	0,3%	4.057	-	-	
Aplicações no exterior - Corporate Bonds	2	45.849	44.931 (918)	44.931	USD + Juros	2,8%	-	-	44.931	
Total		1.829.051	1.615.536 (213.515)	1.615.536		100,0%	502.651	212.085	900.800	

b. Hierarquia do valor justo: Para todos os instrumentos financeiros, CPC 40 requer a divulgação por nível relacionada à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis: • Nível 1: Preços quotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. • Nível 2: Informações além dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados de preços). • Nível 3: Inserções para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis do mercado (inserção não observável).

c. Movimentação das aplicações financeiras:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	1.615.536	1.687.675
Aplicações	1.770.918	2.620.945
Resgate	(2.097.649)	(2.730.439)
Rendimentos	130.480	37.355
Saldo final	1.419.285	1.615.536

7. Prêmios a receber:

a. Prêmios por segmento:

Ramos agrupados	31/12/2025		31/12/2024	
	Prêmio a receber	Redução ao valor recuperável (*)	Prêmios a receber líquido	Prêmios a receber líquido
Aeronáuticos	66.859	(81)	66.777	68.056
Marítimos	65.647	(18)	65.629	73.699
Patrimonial	226.569	(1.767)	224.802	186.347
Pessoas coletivo	1.430	(1)	1.429	5.749
Petróleo	102.110	(20)	102.090	91.567
Responsabilidades	107.000	(1.239)	105.761	123.759
Riscos financeiros	247.768	(10.499)	237.269	235.408
Rural	29.697	(102)	29.595	31.976
Transportes	58.177	(1.471)	56.706	52.507
Total	905.256 (15.198)	890.058	869.235 (13.722)	855.513

(*) Redução ao valor recuperável calculada conforme nota explicativa nº 3c.ii.

b. Composição por prazo de vencimento:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer até 30 dias	320.555	294.997
A vencer de 31 a 60 dias	91.374	99.814
A vencer de 61 a 120 dias	183.252	138.839
A vencer de 121 a 180 dias	78.356	72.574
A vencer de 181 a 365 dias	65.527	49.097
A vencer acima de 365 dias	97.872	129.657
Total a vencer	836.916	784.978
Vencidos até 30 dias	38.362	57.950
Vencidos de 31 a 60 dias	4.406	5.120
Vencidos de 61 a 120 dias	8.028	4.300
Vencidos de 121 a 180 dias	1.758	2.151
Vencidos acima de 365 dias	332	858
Total vencidos	53.142	70.535
Total	890.058	855.513

c. Movimentação de prêmios a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	855.513	720.260
Prêmios emitidos - seguros direto	1.920.178	1.959.288
IOF	(544)	(7.453)
Adicional de fracionamento	(62)	(325)
Prêmios cancelados - seguros direto	(275.219)	(340.373)
Prêmios emitidos - cosseguro aceito	158.299	224.883
Prêmios RVNE	(8.452)	(8.540)
Recbimentos	(1.758.179)	(1.708.975)
Redução ao valor recuperável (constituição)/reversão	(1.476)	16.868
Saldo final	890.058	855.513

8. Operações com seguradoras:

a. Ativo:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios a receber - cosseguro aceito	10.633	17.189
Prêmios a recuperar - cosseguro cedido	45	2.540
Sinistros a recuperar - cosseguro cedido	6.500	8.777
Redução ao valor recuperável	(2.248)	(1.949)
Total	14.929	26.557

b. Passivo:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios a pagar - cosseguro cedido	44.512	40.079
Prêmios a restituir - cosseguro aceito	644	569
Redução ao valor recuperável	(203)	(48)
Total	44.953	40.600

9. Operações com resseguradoras:

a. Ativo:

	31/12/2025	31/12/2024
Recuperação de sinistros	368.957	411.370
Outros créditos com ressegurador	12.387	9.835
Redução ao valor recuperável (*)	(62.145)	(63.663)
Total	349.199	357.542

(*) Vide nota explicativa nº 3.n

b. Passivo:

	31/12/2025	31/12/2024
Prêmios cedidos a pagar	1.047.272	926.740
Comissões a recuperar	(198.993)	(177.665)
Outros débitos	66.374	9.521
Redução ao valor recuperável	(3.863)	(4.013)
Total	910.790	754.583

10. Arrendamento mercantil:

a. Ativo: A classe de ativos para direito de uso refere-se aos contratos de aluguel avaliados sob o CPC 06 (R2).

	31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso	6,72% e 7,02%	5.575
Taxa anual de depreciação	6,72% e 7,02%	1.915

b. Passivo:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	5.678	2.044
Entradas	5.278	3.165
Pagamentos	(203)	(48)
Total	10.753	5.161

11. Investimentos:

A Seguradora possui participação significativa na empresa Bioma Educação S.A. (antiga Bahema Educação S.A.). Em 09/2024 a Bioma Educação realizou a venda de 40% de sua participação na empresa BRJ Educação S.A. para a Gray Parrot Fundo de Investimentos (genida pela Strata Capital), que aportou R\$ 75 milhões por essa aquisição, montante esse registrado na conta reserva de capital da BRJ Educação S.A. Como a Bioma Educação permaneceu com 60% de participação o reflexo dessa transação no seu investimento foi de R\$ 42,3 milhões. Considerando que a Seguradora possui 26,70% de participação na Bioma Educação (26,95% em 31 de dezembro de 2024), essa reconheceu em seu investimento em contrapartida ao patrimônio líquido o valor de R\$ 11.468.

ii. Teste de recuperabilidade: A Seguradora realizou o teste de recuperabilidade do ágio de acordo com as determinações do IASB 36 normalizado no Brasil pelo CPC-15 (R1) referente à mensuração do valor justo dos ativos de uma entidade. O ágio no valor de R\$ 57.615 e o intangível (referente a marcas e carteira de clientes com vida útil de 5 e 10 anos, respectivamente) no montante de R\$ 7.029, foram classificados como subgrupo do investimento no ativo não circulante.

12. Imobilizado:

	Taxa anual de depreciação	31/12/2024	Adições	Baixas	Depreciação	31/12/2025
Equipamentos	20%	1.073	79	-	(448)	704
Móveis, máquinas e utensílios	10%	2.387	-	-	(357)	2.030
Veículos	20%	1.838	2.423	-	(912)	3.149
Outras imobilizações	20%	1.439	38	-	(643)	834
Total		6.537	2.540	-	(2.560)	6.517

13. Intangível:

	Taxa anual de amortização	31/12/2024	Adições	Baixas	Amortização	31/12/2025
Desenvolvimento de software	10%	39.055	27.789	-	(10.913)	55.931

14. Obrigações a pagar:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	1.161	1.371
Participações nos lucros a pagar	18.605	21.279
Honorários a pagar	2.687	4.058
Outras contas a pagar	326	131
Total	22.779	26.839

15. Impostos e encargos sociais:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda retido na fonte	1.585	1.924
Impostos sobre operações financeiras	33.676	32.782
Encargos sociais	2.582	2.873
Total	37.843	37.579

16. Impostos e contribuições:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social	15.724	1.497
PIS e COFINS	3.432	3.302
Total	19.156	4.799

17. Corretores de seguros e resseguros:

É composto, substancialmente, por comissões a pagar e comissões sobre prêmios emitidos pendentes de recebimento, no montante de R\$ 139.826 (R\$ 149.761 em 31 de dezembro de 2024).

18. Depósito de terceiros:

Os valores referem-se ao recebimento dos prêmios relativos a documentos em fase de emissão e créditos de prêmios e emolumentos de seguros, cosseguros e resseguros, quando não identificados no ato do recebimento.

	31/12/2025	31/12/2024
De 1 a 30 dias	4.235	43.509
De 31 a 60 dias	4.584	2.400
De 61 a 120 dias	23.773	8.444
De 121 a 180 dias	3.012	692
De 181 a 365 dias	2.773	9.427
Superior a 365 dias	6.888	1.654
Total	45.265	66.126

19. Custos de aquisição diferidos:

a. Por segmento:

Ramos agrupados	Prazo médio de diferimento 2025 (mês)	31/12/2025	31/12/2024
Aeronáuticos	12	12.028	10.239
Marítimos	7	7.201	7.897
Patrimonial	17	32.729	31.491
Pessoas coletivo	1	34.485	61.467
Petróleo	18	9.899	9.613

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 DA FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S.A.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21. Desenvolvimento de sinistros:										
A tabela abaixo mostra o desenvolvimento de sinistros finais (Incorrido + IBNR) e pagamento de sinistros. A linha "Provisão de sinistros" (vide NE 20a) reflete o valor da provisão de sinistros a liquidar. O objetivo dessa tabela é demonstrar a consistência da política de provisionamento para sinistros da Seguradora.										
Desenvolvimento de Sinistros Ocorridos - Valores brutos de resseguro										
Ano ocorrência	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total	
INCORRIDO + IBNR										
Ao final do ano de ocorrência	226.534	251.763	618.647	1.522.715	768.606	595.736	850.100	799.083		
Após um ano	205.179	417.252	552.173	2.133.405	773.732	768.099	1.068.470			
Após dois anos	217.273	395.379	555.066	2.086.329	695.699	637.029				
Após três anos	223.445	384.321	553.869	2.055.793	685.203					
Após quatro anos	220.939	384.543	543.442	2.118.816						
Após cinco anos	654.359	367.859	545.078							
Após seis anos	647.122	370.917								
Após sete anos	636.331									
Posição em 31/12/2025	636.331	370.917	545.078	2.118.816	685.203	637.029	1.068.470	799.083	6.860.927	
PAGAMENTO ACUMULADO										
Ano ocorrência	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total	
Ao final do ano de ocorrência	53.499	102.224	169.265	691.345	324.983	177.541	182.727	213.525		
Após um ano	158.515	197.085	385.251	1.885.329	523.742	353.976	415.206			
Após dois anos	177.801	236.980	423.243	1.933.529	575.268	447.026				
Após três anos	183.629	338.411	442.640	1.964.182	599.127					
Após quatro anos	185.868	340.982	449.259	1.973.247						
Após cinco anos	622.864	341.952	469.315							
Após seis anos	622.863	347.932								
Após sete anos	622.816									
Posição em 31/12/2025	636.331	370.917	545.078	2.118.816	685.203	637.029	1.068.470	799.083	6.860.927	
Estimativa corrente	636.331	370.917	545.078	2.118.816	685.203	637.029	1.068.470	799.083	6.860.927	
Pagamentos acumulados até a data-base	622.816	347.932	469.315	1.973.247	599.127	447.026	415.206	213.525	5.088.194	
Provisão de sinistros	13.515	22.985	75.763	145.569	86.076	190.003	653.264	585.558	1.772.733	
Provisão de anos anteriores									476.839	
Provisão de Sinistros (vide NE 20a)									2.249.572	

22. Cobertura das provisões técnicas:										
Provisões técnicas										
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados										
(-) Direitos creditórios										
(-) Custos de aquisição diferidos redutores de PPNG										
Total a ser coberto										
Quotas de fundos de investimentos										
Títulos de renda fixa - públicos										
Títulos de renda fixa - privados										
Renda variável										
Total de aplicações										
Ativos livres										
			31/12/2025	31/12/2024						
			3.810.845	3.336.262						
			(1.932.197)	(1.557.954)						
			(670.798)	(681.312)						
			(146.712)	(150.729)						
			1.061.138	946.267						
			348.543	413.747						
			875.526	800.396						
			138.240	267.018						
			21.754	51.120						
			1.384.063	1.532.821						
			322.925	586.554						

23. Provisão para sinistro em discussão judicial:											
A Seguradora tem registro de processos de sinistros em discussão judicial incluídos na rubrica "Provisão de Sinistros a Liquidar" em 31 de dezembro de 2025 no montante de R\$ 398.304 (R\$ 283.325 em 2024). A "P.S. Judicial de Cossseguro Cedido" é de R\$ 64.256 (R\$ 60.547 em 2024). As provisões líquidas de cossseguro cedido estão assim representadas:											
a. Composição											
Quantidade	Valor reclamado		Valor provisionado								
2025	2024	2025	2024	2025	2024						
Provável	70	64	73.461	46.344	73.190	82.745					
Possível	93	118	191.458	166.510	143.549	111.617					
Remota	469	525	551.428	647.305	181.625	88.963					
Total	632	707	816.347	860.159	398.304	283.325					
Agging											
De 2011 a 2015			41.860	167.254							
De 2016 a 2020			139.244	71.416							
De 2021 a 2024			217.200	44.655							
Total			398.304	283.325							
b. Movimentação											
Saldo inicial			283.325	317.597							
Novas constituições no período			7.444	6.798							
Alteração da provisão			178.718	58.285							
(-) Pagamentos no período			(58.865)	(82.402)							
(-) Baixas da provisão por extinto			(12.228)	(17.493)							
Saldo final			398.304	283.325							

24. Patrimônio líquido:											
a. Capital social: O capital social da Seguradora, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 551.586 (R\$ 973.182 em 31 de dezembro de 2024), representado por 756.382.576 (756.382.576 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 04 de julho de 2025, foi deliberada a redução de capital da Seguradora no valor de R\$ 421.596, sem o cancelamento de ações. Tal redução foi aprovada pela SUSEP através da Portaria nº 2.841 em 17 de novembro de 2025 sendo o valor devolvido integralmente em moeda corrente nacional aos acionistas. b. Dividendos: Os acionistas têm direito a receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto no estatuto social. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 25 de novembro de 2024, foi deliberado aos acionistas dividendos no valor de R\$ 96.722 contra base nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro 2023 à conta de Reserva Estatutária. O montante foi pago em 09 de dezembro de 2024. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) de 18 de março de 2025, foi deliberado aos acionistas dividendos no valor de R\$ 39.895 com base nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro 2024 à conta de Reserva Estatutária. O montante foi pago em 31 de março de 2025. Não houve provisionamento ou distribuição de lucros, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. c. Reserva legal: Constituída à alíquota de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, limitada a 20% do capital social. d. Reserva estatutária: Constituída através da parcela retida do lucro líquido apurado em cada exercício social, após a absorção de prejuízos acumulados, quando houver, e a constituição da reserva legal e tem como objetivo a preservação e manutenção do capital aplicado nos negócios da Seguradora.											
25. Detalhamento de contas das demonstrações de resultados:											
a. Principais ramos de atuação:											
	Prêmios ganhos		Sinistralidade		Custo de aquisição						
Ramos agrupados	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
Aeronáuticos	168.418	148.851	33,6%	47,8%	12,3%	13,2%					
Marítimos	112.485	102.123	110,6%	74,4%	10,8%	12,8%					
Patrimonial	345.417	439.250	88,6%	57,6%	13,4%	22,7%					
Pessoas coletivas	34.533	44.943	2,0%	42,1%	76,2%	67,8%					
Petróleo	141.926	98.007	135,5%	92,8%	7,5%	12,1%					
Responsabilidades	231.183	207.840	46,3%	64,0%	17,2%	18,6%					
Riscos financeiros	225.758	232.913	55,9%	23,6%	24,7%	26,0%					
Rural	102.303	126.542	56,2%	38,9%	18,1%	18,3%					
Transportes	174.663	158.963	57,5%	57,5%	24,3%	24,6%					
Total	1.536.686	1.559.432	69,7%	53,8%	17,7%	21,6%					
			31/12/2025	31/12/2024							
			1.626.229	1.652.534							
			1.586.505	1.555.217							
			154.578	217.955							
			(106.402)	(111.998)							
			(8.452)	(8.640)							
b. Prêmios emitidos líquidos:											
Prêmios diretos (*)											
Prêmios de cossseguros cedidos (**)											
Prêmios de cossseguros cedidos (**)											
Prêmios RVNE											
(*) Inclui prêmios restituídos no montante de R\$ 58.454 (R\$ 63.678 em 2024).											
(**) Inclui prêmios restituídos no montante de R\$ 3.721 (R\$ 6.928 em 2024).											

26. Imposto de renda e contribuição social:										
Resultado antes dos impostos e participações										
Participações estatutárias sobre o lucro										
Base de cálculo										
Encargos (imposto de renda e contribuição social)										
às alíquotas vigentes										
(Adições)/exclusões permanentes										
(Adições)/exclusões temporárias										
Prejuízo fiscal e base negativa										
Deduções incentivadas										
Imposto de renda e contribuição social correntes										
Imposto de renda e contribuição social diferidos										
(Despesa)/Receita total de imposto de renda e contribuição social										
Taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social										
	2025	2024								
Resultado antes dos impostos e participações	142.425	142.425								
Participações estatutárias sobre o lucro	(12.163)	(12.163)								
Base de cálculo	130.262	130.262								
Encargos (imposto de renda e contribuição social)	(32.542)	(19.539)								
às alíquotas vigentes	(4.237)	(2.541)								
(Adições)/exclusões permanentes	(24.267)	(14.560)								
(Adições)/exclusões temporárias	14.010	8.405								
Prejuízo fiscal e base negativa	2.735	-								
Deduções incentivadas	(44.301)	(28.235)								
Imposto de renda e contribuição social correntes	8.240	4.943								
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(36.061)	(23.292)								
(Despesa)/Receita total de imposto de renda e contribuição social	(36.061)	(23.292)								
Taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social	27,68%	17,88%								

DIRETORIA											
Bruno de Almeida Camargo			Heron Ricardo Parron			João Pedro O. Nunes			José Luiz O. Nunes		
Diretor Presidente			Diretor Vice-Presidente			Diretor			Diretor		
Pedro Luiz de Araújo			Ulildo Del Medico Junior			Ricardo Alexandre Viccari			Vanessa Peres Gardesani		
Diretor			Diretor			Diretor			MIBA - 2872		

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.
Escopo da Auditoria: Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a ajustes e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os sinistros associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.** em 31 de dezembro de 2025, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Outros Assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento